



Compromisso com o Futuro

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**



*Nosso compromisso
é o amanhã*

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras	12





KPMG Auditores Independentes Ltda
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas da
Distribuidora de Água Camaçari S.A.
*Camaçari – BA***

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Distribuidora de Água Camaçari S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Distribuidora de Água Camaçari S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de ativos fiscais diferidos

Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários, relativos as diferenças temporárias, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela administração e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização desses ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos, por basearem-se em estimativas de rentabilidade, entendemos que esses é um assuntos significativos em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(i) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia e sua controlada, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como comparamos certos dados com fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pela Companhia;</p> <p>(ii) Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente; e</p> <p>(iii) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receitas de prestação de serviços, e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.</p>

Ênfase – Partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das vendas da Sociedade são realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

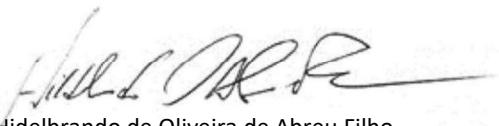
relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 24 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC SP-014428/F-7



Hidelbrando de Oliveira de Abreu Filho

Contador CRC BA-029520/O-7

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.881	35.046	Fornecedores	10	7.102	8.357
Aplicação financeira	5	-	28.062	Financiamentos	11	1.905	1.889
Contas a receber	6	15.898	19.489	Debêntures	12	48.897	46.399
Ativo de contrato		1.580	-	Salários e encargos sociais		4.723	4.204
Tributos a recuperar	7	9.702	14.198	Tributos a pagar	13	1.427	2.478
Imposto de renda e contribuição social		21	103	Imposto de renda e contribuição social		577	142
Estoques		5.289	4.067	Dividendos	17(e)	-	7.096
Despesas antecipadas		293	1.179	Passivo ambiental	16(a)	235	296
Outros ativos		252	199	Outros passivos		1.839	4.489
Total do ativo circulante		59.916	102.343	Total do passivo circulante		66.705	75.350
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Fundos restritos - aplicações financeiras	8	13.881	13.784	Financiamentos	11	370	2.059
Impostos diferidos	15	30.355	37.079	Debêntures	12	60.756	103.442
Tributos a recuperar	7	169	169	Total do passivo não circulante		61.126	105.501
Despesas antecipadas		-	278				
Total do realizável a longo prazo		44.405	51.310	Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	113.982	112.863	Capital social	17	42.630	42.630
Intangível		-	72	Reservas de lucros		47.842	43.107
Total do ativo não circulante		158.387	164.245	Total do patrimônio líquido		90.472	85.737
Total do ativo		218.303	266.588	Total do passivo e patrimônio líquido		218.303	266.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Operações continuadas			
Receita líquida de vendas	18(a)	173.894	163.726
Custos das mercadorias vendidas	18(b)	<u>(94.116)</u>	<u>(88.913)</u>
Lucro bruto		79.778	74.813
Receitas/(despesas) operacionais	18(b)		
Gerais e administrativas		(7.914)	(7.261)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa estimativa		(172)	72
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>253</u>	<u>1.439</u>
Lucro operacional		71.945	69.063
Resultado financeiro	18(c)		
Receitas financeiras		10.778	5.230
Despesas financeiras		<u>(16.188)</u>	<u>(28.169)</u>
Resultado financeiro, líquido		(5.410)	(22.939)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		66.535	46.124
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	15(a)	(4.723)	(1.978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15(a)	<u>(6.724)</u>	<u>(7.348)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>55.088</u>	<u>36.798</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	55.088	36.798
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>55.088</u>	<u>36.798</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2020	42.630	5.361	8.043	70.282	-	126.316
Dividendos intermediários	17 (e)	-	-	-	(70.281)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	36.798	36.798
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(7.096)	(7.096)
Constituição de reservas	17 (b) (c) (d)	-	7.932	483	21.287	(29.702)
Em 31 de dezembro de 2021	42.630	13.293	8.526	21.288	-	85.737
Dividendos intermediários	17 (e)	-	-	-	(50.353)	(50.353)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	55.088	55.088
Constituição de reservas	17 (b) (c) (d)	-	12.226	-	42.862	(55.088)
Em 31 de dezembro de 2022	42.630	25.519	8.526	13.797	-	90.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	66.535	46.124
Ajustes		
Depreciação e amortização	11.992	14.034
Valor residual do ativo imobilizado baixado	58	1.816
Passivo ambiental	-	296
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa estimativa	172	(72)
Juros sobre mútuo - Partes Relacionadas	-	(792)
Juros e variações monetárias, líquidos	15.719	26.037
	94.476	87.443
Aumento/(redução) nos ativos		
Contas a receber	1.839	(5.819)
Tributos a recuperar	4.083	(9.507)
Estoques	(1.222)	(465)
Despesas antecipadas	1.164	(1.015)
Outros ativos	(53)	(49)
(Redução)/aumento nos passivos		
Fornecedores	(575)	970
Salário e encargos sociais	519	303
Tributos a pagar	(1.051)	1.067
Realização passivo ambiental	(61)	(166)
Outros passivos	(2.650)	2.884
	96.469	75.646
Caixa proveniente das operações		
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(3.793)	(1.631)
Juros pagos sobre financiamentos e debentures	(28.300)	(26.000)
	64.376	48.015
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
	14.187	(19.987)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	28.062	(9.578)
Entradas de fundos restritos	1.291	624
Saídas de fundos restritos	(1.388)	(1.345)
Adições de imobilizado	(13.778)	(9.688)
	(86.728)	(47.410)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(57.449)	(18.174)
Amortizações de financiamentos	(1.654)	(1.611)
Amortizações das debêntures	(27.625)	(27.625)
	(8.165)	(19.382)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
	35.046	54.428
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.881	35.046
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(8.165)	(19.382)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Distribuidora de Água Camaçari S.A. (“Companhia” ou “DAC”), a Companhia é controlada pela Cetrel S.A., tem como objetivo social a atividade de captação, tratamento e distribuição de água, produzindo Água Clarificada, Potável e Desmineralizada, conforme especificação estabelecida, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação através da portaria nº INEMA nº 27.186/22.

A Companhia atende às indústrias do Polo Industrial de Camaçari, no Estado da Bahia, tendo como seu principal cliente a Braskem S.A. (“Braskem”), cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

No exercício de 2022 a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 6.789 (2021, positivo em R\$ 26.993) patrimônio líquido de R\$ 90.472 e geração de caixa / Consumo de caixa operacional no valor de R\$ 84.783. No exercício encerrado em 31/12/2022 a DAC efetuou distribuição de dividendos antecipados em favor da sua controladora Cetrel S.A. no montante de R\$ 50.353. A DAC possui linhas de crédito disponíveis no mercado, mantém gestão proativa e contínua dos riscos através da antecipação e, quando necessária, da proteção a cenários desfavoráveis, além de assegurar o cumprimento de mecanismos de controle, como saldo mínimo de caixa e equivalentes de caixa mínimo, previstos em sua política financeira.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis, estão apresentadas na nota explicativa nº 2.

1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

1.3 Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 18 (a) - Receita: reconhecimento de receita: se a receita de produto é reconhecida um momento específico no tempo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 – Contas a receber:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 15 – Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 16 - Provisão reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos

Mensuração do valor justo

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 3.2 - Instrumentos financeiros.

2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2 Instrumentos financeiros

2.2.1 Reconhecimento, classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

(i) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3 Fundos restritos

Os fundos restritos representam depósitos bancários, tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e contratos de financiamentos.

2.4 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas e despesas, líquidas”, na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto, todos os gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos com instalação, até o momento em que os bens entram em operação, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia.

2.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensurados a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, quando identificado algum risco significativo que impacte a avaliação da administração sobre a perda esperada dos valores a receber a vencer, de acordo com análise individualizada por título ou cliente, são contabilizados provisão para perda.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

A Companhia avalia a perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes, com base em análise individual dos títulos emitidos, recebidos, atrasos no recebimento, perdas efetivas por não recebimento, e estabelece os percentuais de risco de recebimento de acordo com o aging list.

O cálculo de provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de 3 (três) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica de seus clientes, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2022.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre

partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido

2.8 Patrimônio Líquido

2.8.1 Capital Social

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos para as acionistas da Companhia é reconhecida nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelas acionistas em Assembleia Geral.

2.8.2 Reserva de incentivo fiscal

O benefício é reconhecido quando comprovado razoável segurança de que a companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

2.8.3 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

2.8.4 Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reserva, devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

2.9 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do produto para cliente. Os clientes obtêm controle do produto no momento em que os medidores reconhecem o uso. A receita compreende à captação e tratamento da água bruta e a distribuição das utilidades: água clarificada, desmineralizada, potável e industrial conforme especificação estabelecida. As utilidades são distribuídas pela companhia via tubovia para as empresas interligadas ao seu sistema. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando mensura o consumo (m^3) dos clientes por meio de instrumentos medidores de volume e relaciona aos preços unitários (R/m^3$) de cada cliente. O valor pode ser apurado com segurança, devido ao acompanhamento das leituras programadas pela Companhia na presença do cliente e a verificação, calibração e validação dos instrumentos medidores de volume de forma periódica.

2.10 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes são reconhecidos no resultado. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia possui o benefício de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75% da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE 2013 a 2022. Ante ao exposto, a Companhia constituiu o benefício no montante de R\$10.592 no exercício de 2022.

O benefício é reconhecido quando comprovado razoável segurança de que a companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelas diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

No que tange ao diferido passivo, a administração da Companhia reconheceu os encargos tributários incidentes sobre a reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2008, em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, e desde essa data, vem realizando a reserva, conforme realização dos ativos reavaliados. A companhia registrou ainda imposto de renda e contribuição social diferidos sobre saldo de diferenças temporárias e ajustes decorrentes da aplicação da Lei 11.638.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio.

a. Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no seu contas a receber, a Companhia adota práticas de avaliação de crédito previstas em seu procedimento de crédito e cobrança.

A Companhia tem como seu principal cliente a Braskem S.A. (“Braskem”), cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013.

O conta a receber é representado por 71,28% (53,74% 2021) da Braskem e 19,83% (31,53% 2021) por três outros clientes.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, somente em bancos considerados de primeira linha e instituições financeiras, contas a receber e fundos restritos na data do balanço (Notas 4, 5,6 e 8).

b. Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivos financeiros	31 de dezembro de 2022		
	Valor contábil	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Fornecedores	7.102	7.102	-
Financiamentos	2.280	2.357	-
Debêntures	109.877	106.560	17.855
	119.259	116.019	17.855

c. *Análise de sensibilidade – taxa de juros*

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário para as taxas de juros sobre as quais a Companhia está exposta. A administração considerou cenários positivos e negativos com variação de 15%.

Indicadores	Exposição	Cenário provável	Cenário (15%)
Ativo	25.935	-	-
Aplicações financeiras			
CDI (i)	25.935	11,25%	13,51% / 9,99%
<i>Impacto valorização</i>	-	2.918	998
<i>Impacto desvalorização</i>	-	-	(23)
Passivo	91.396	-	-
Empréstimos e financiamentos			
IPCA (i)	1.811	5,03%	6,03% / 4,45%
<i>Impacto valorização</i>	-	91	24
<i>Impacto desvalorização</i>	-	-	(6)
Debêntures			
IPCA (ii)	62.135	5,03%	6,03% / 4,45%
<i>Impacto valorização</i>	-	3.125	815
<i>Impacto desvalorização</i>	-	-	(212)

(i) Projeção para o exercício de 2023. Fonte: Inteligência de mercado/fiscal

(ii) A incidência do IPCA é sobre o saldo do principal das debêntures, sendo que os saldos de principal e juros são de R\$ 62.135 e R\$ 47.742 respectivamente em 31.12.2022

3.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, todos classificados no nível 2.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

		2022	2021
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	26.881	35.046
Aplicações financeiras	valor justo por meio do resultado	-	28.062
Fundos restritos	valor justo por meio do resultado	13.881	13.784
Contas a receber	Custo amortizado	<u>15.898</u>	<u>19.489</u>
		<u>56.660</u>	<u>96.381</u>
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	(7.102)	(8.357)
Financiamentos	Custo amortizado	(2.275)	(3.948)
Debêntures	Custo amortizado	<u>(109.653)</u>	<u>(149.841)</u>
		<u>(119.030)</u>	<u>(162.146)</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos conta movimento	946	2.103
Aplicações financeiras (a)	<u>25.935</u>	<u>32.943</u>
	<u>26.881</u>	<u>35.046</u>

(a) O saldo de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, está representado substancialmente por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) e operações compromissadas com bancos de primeira linha detentores de rating mínimo A+ ou A1, de acordo com a classificação de agência especializada. A remuneração média do exercício foi de 106% (2021 – 104%) do CDI.

5 Aplicações financeiras

	2022	2021
Renda fixa / CDB	-	28.062
	<u>-</u>	<u>28.062</u>

Essas aplicações possuem vencimento original superior a três meses.

6 Contas a receber

	2022	2021
Clientes privados e públicos	292	290
Partes relacionadas (nota 14)	15.937	19.358
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	<u>(331)</u>	<u>(159)</u>
	<u>15.898</u>	<u>19.489</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2022	2021
A vencer	15.965	19.252
Até 30 dias	50	217
De 31 a 60 dias	1	-
De 61 a 90 dias	1	29
De 91 a 180 dias	77	13
Acima 181 dias	<u>135</u>	<u>137</u>
	<u>16.229</u>	<u>19.648</u>
PECLD	<u>(331)</u>	<u>(159)</u>
	<u>15.898</u>	<u>19.489</u>

	2022	2021
Movimentação do PECLD		
Saldo Inicial	(159)	(231)
(-) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(1.770)	(374)
(+) Estorno de provisão por recebimentos	1.598	446
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	<hr/> (331)	<hr/> (159)

7 Tributos a recuperar

	2022	2021
PIS e COFINS (i)	7.892	10.385
ICMS	525	757
Outros	<hr/> 1.454	<hr/> 3.225
	<hr/> 9.871	<hr/> 14.367
Circulante	9.702	14.198
Não circulante	169	169

- (i) Trata-se de crédito extemporâneo aguardando deferimento de Pedido de Habilitação de Crédito decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, à título de Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS/COFINS recolhida a maior, desde os 05 (cinco) anos anteriores à propositura do Mandado de Segurança de nº 0014089-47.2006.4.01.3300, por força da indevida inclusão, na correlata base de cálculo, dos valores correspondentes ao ICMS faturado em cada período de apuração mensal. Em 31 de dezembro de 2022, os valores atualizados dessas demandas somam R\$7.892, gerando impacto resultado financeiro no valor de R\$ 1.064 (Nota 18 c), .

8 Fundos restritos – Aplicações financeiras

Os fundos restritos são vinculados ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e financiamentos.

Movimentação do saldo fundos restritos vinculadas ao longo do exercício

Modalidade de financiamento	2021	Entradas	Saídas	2022
CDB	13.679	1.388	(1.291)	13.776
Fundo Investimentos	<hr/> 105	<hr/>	<hr/>	<hr/> 105
	<hr/> 13.784	<hr/> 1.388	<hr/> 1.291	<hr/> 13.881

Como cumprimento as obrigações previstas nas debêntures, é mantido o valor correspondente 300% da parcela mensal. Para garantia aos financiamentos, é assegurado o valor correspondente a 5% sobre o saldo devedor.

9 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos(i)	Edificações	Móveis e utensílios	Poços	Tubulações	Obras em andamento (ii)	Outros	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(177)	(64.271)	(9.716)	(236)	(3.001)	(4.005)	-	(633)	(82.039)
Valor contábil líquido	127	41.783	13.866	379	12.684	24.454	24.377	826	118.496
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	304	106.054	23.582	615	15.685	28.459	24.377	1.459	200.535
Adições	-	824	-	20	-	-	9.030	258	10.132
Baixas	(5)	-	-	-	-	-	(1.247)	(567)	(1.819)
Transferências	-	8.189	5.024	9	118	1.000	(15.365)	1.025	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	299	115.067	28.606	644	15.803	29.459	16.795	2.175	208.848
Depreciação									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	(177)	(64.271)	(9.716)	(236)	(3.001)	(4.005)	-	(633)	(82.039)
Adições	(52)	(8.659)	(2.211)	(62)	(988)	(1.715)	-	(261)	(13.948)
Baixas	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(227)	(72.930)	(11.927)	(298)	(3.989)	(5.720)	-	(894)	(95.985)
Valor contábil líquido	72	42.137	16.679	346	11.814	23.739	16.795	1.281	112.863
Vida útil (anos)	5	2 a 20	6 a 50	10	5 a 20	5 a 33	-	2 a 10	-
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	299	115.067	28.606	644	15.803	29.459	16.795	2.175	208.848
Adições	122	1.559	-	197	-	-	11.180	40	13.098
Baixas	-	-	-	-	-	-	(20)	(38)	(58)
Transferências	-	1.125	-	-	-	1.497	(2.721)	99	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	421	117.751	28.606	841	15.803	30.956	25.234	2.276	221.888
Depreciação									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	(227)	(72.930)	(11.927)	(298)	(3.989)	(5.720)	-	(894)	(95.985)
Adições	(63)	(7.179)	(1.635)	(68)	(946)	(1.815)	-	(215)	(11.921)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(290)	(80.109)	(13.562)	(366)	(4.935)	(7.535)	-	(1.109)	(107.906)
Valor contábil líquido	131	37.642	15.044	475	10.868	23.421	25.234	1.167	113.982
Vida útil (anos)	5	2 a 20	6 a 50	10	5 a 20	5 a 33	-	2 a 10	-

- (i) Máquinas e Equipamentos envolve todo o conjunto dessa natureza utilizado no processo da empresa dentre eles estão os motores, rotores, bombas, filtros, vasos de pressão, painéis, transformadores, válvulas etc.;
- (ii) O saldo de obras em andamento R\$ 25.234, referente a aquisições de materiais para adequação das tubulações da linha de incêndio, para o desvio e recuperação das Adutoras I e II, , a construção do novo Header de distribuição de água desmineralizada na Tubovia Hidrogênio Sul, atendimento as recomendações de inspeção da Malha de Distribuição e a confiabilidade das Barragens (RS-I e RS-II), com expectativas de conclusão prevista ao longo do exercício de 2023, com exceção dos projetos em fase inicial.

A Companhia efetuou a análise de impairment dos seus bens e entende que seus ativos podem operar de acordo com as capacidades planejadas, não havendo indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10 Fornecedores

	2022	2021
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A	1.318	-
Braskem S.A (i)	1.233	2.505
Manserv Montagem e Manutenção S/A	851	773
Unipar Carbocloro S.A	679	673
FAG Cavalcanti ME	359	-
PQA Produtos Químicos Aracruz S/A	348	388
BDG Construtora Ltda.	229	277
Techbios Engenharia e Treinamento Ltda	178	248
Compass Minerals Nord. Ind. e Comércio Ltda.	-	262
Reframax Engenharia LTDA	-	299
NTW Engenharia, Obras e Serviços LTDA	-	341
Paranapanema S/A	-	252
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda.	-	166
Outros (ii)	1.907	2.399
Total de fornecedor	7.102	8.357

- (i) O saldo R\$ 1.233 refere-se ao fornecimento de produto químico;
(ii) O saldo de outros refere-se na sua maioria em serviço de terceiros.

11 Financiamentos

a. Composição

Instituição financeira	Modalidade e encargos financeiros	Anuais	Vencimento	2022	2021
Caixa Econômica Federal (i)	3,50% a.a	jun/23		469	2.322
Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") (ii)	2,78% a.a + IPCA	dez/24		1.811	1.636
(-) Custos de transação				(5)	(10)
				2.275	3.948
Total de financiamentos curto prazo				1.910	1.894
(-) Custos de transação				(5)	(5)
Circulante				1.905	1.889
Total de financiamentos longos prazo				370	2.064
(-) Custos de transação				-	(5)
Não circulante				370	2.059
				2.275	3.948

- (i) Financiamento obtido com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 8.355 destinados a aquisição de equipamentos necessários para modernização dos processos e da infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água para fins industriais. O contrato é garantido por carta de fiança e vence em dezembro de 2023.
- (ii) Financiamentos obtidos com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor total de R\$ 2.218, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destinados à aquisição e instalação de equipamentos para a planta industrial. Esses financiamentos vencem em dezembro de 2024 e são garantidos por carta de fiança e bloqueio de conta corrente.

b. Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	3.948	5.555
(+) Adição de juros	189	358
(-) Amortização de principal	(1.654)	(1.611)
(-) Amortização de juros	(213)	(360)
(+) Custo de transação	5	6
	2.275	3.948
Saldo no final do exercício		

a. Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2022
2024	370
	370
(-) Custo de transação	-
Saldo no final do exercício	370

b. Garantias e outras informações relevantes

Os contratos têm por objeto financiar a aquisição de equipamentos destinados à modernização dos processos e da infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água. Os contratos não apresentam covenants financeiros relacionados. Todas as cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente e estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Possuem as seguintes garantias:

- Banco do Nordeste - Fiança bancária e bloqueio de conta reserva;
- Caixa Econômica Federal (FINISA)- Fiança bancária e emissão de uma nota promissória pelo mutuário no valor de 100% (cem por cento) do valor do financiamento.

12 Debêntures

a. Composição

Instituição financeira	Emissão	Vencimento	Custo	2022	2021
BB - Banco de Investimento S.A.	mar/2013	mar/2025	6% + IPCA	109.877	150.181
(-) Custos de transação				(224)	(340)
				109.653	149.841
Total de debêntures curto prazo				49.006	46.508
(-) Custos de transação				(109)	(109)
Circulante				48.897	46.399
Total de debêntures longo prazo				60.871	103.673
(-) Custos de transação				(115)	(231)
Não circulante				60.756	103.442
				109.653	149.841

b. Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	149.841	177.432
(+) Encargos financeiros	15.408	25.558
(-) Amortização de principal	(27.625)	(27.625)
(-) Amortização de juros	(28.087)	(25.640)
(+) Custo de transação	116	116
Saldo no final do exercício	109.653	149.841

c. Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2022
2024	46.191
2025	14.680
	60.871
(-) Custo de transação	(115)
Saldo no final do exercício	60.756

d. Garantias e outras informações relevantes

Como garantia real, a Companhia celebrou também os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Companhia, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças tendo por objeto a cessão fiduciária, em favor dos Debenturistas, de (i) fornecimento de água industrial dos tipos clarificada, desmineralizada e potável pela Companhia à Braskem, nos termos do contrato de Fornecimento de Água Industrial celebrado entre as partes; (ii) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos ou a serem contra o Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário dos direitos creditórios, conforme indicado no contrato; e (iii) de quaisquer direitos de crédito ou de qualquer natureza oriundos das aplicações financeiras realizadas com os recursos depositados na Conta Reserva do Serviço da Dívida, nos termos do contrato de Cessão Fiduciária.

e. Cláusulas contratuais restritivas – covenants não financeiros

A Companhia possui em seu contrato de escrituras de emissão de debêntures cláusulas restritivas não financeiras. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas as debêntures.

13 Tributos a pagar

	2022	2021
IRRF retido de terceiros	15	24
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	80	76
INSS retido de terceiros	77	164
ISS retido de terceiros	83	135
PIS e COFINS a recolher	2	934
ICMS a recolher	1.170	1.145
	1.427	2.478

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2022

14 Transações com partes relacionadas

Algumas dessas entidades fizeram negócio com o grupo durante o ano. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração.

	Ativo circulante		Passivo circulante		Resultado			
	Contas a receber		Fornecedores		Receita de vendas		Compras/Outros Serviços	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ambev S.A.					91	10		
Basf S.A.		934			-	-		
Braskem S.A. (a)	11.360	10.474	1.233	2.505	12.930	10.995	-	-
Cetrel S.A. (b)				-	127.388	115.181	(26.909)	(27.855)
Companhia Brasileira de Estireno	936	660	-		9.149	8.640	-	-
Copenor Comp. Petroquímica do Nordeste	149	55	-		960	639	-	-
Deten Química S.A.	289	380	-		4.181	4.146	-	-
Elekeiroz S.A.	365	458	-		5.551	5.577	-	-
IPC do Nordeste Ltda.	13	10	-		148	148	-	-
Limppec - Limpeza Pública de Camaçari	-	-	-		-	-	-	-
Monsanto do Brasil Ltda.	287	654	-		3.220	2.776	-	-
Oleoquímica Indústria e Com. Prod.	-	23	-		59	106	-	-
Oxiteno Nordeste S.A. Ind. e Comércio	2.086	2.223	-		25.860	23.674	-	-
Paranapanema S.A.	-	-	252	-	-	-	(2.355)	(4.536)
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	122	131	-		4	180	(20)	-
Proquigel Química S.A.	139	3.261	-		11.390	17.161	-	-
White Martins Gases Industriais Ltda.	187	72	-		1.287	919	-	-
Outros	4	23	-		109	143	-	-
	15.937	19.358	1.233	2.757	202.327	190.295	(29.264)	(32.411)
								792

- (a) O saldo R\$ 1.233 refere-se ao fornecimento de produto químico. (Nota nº 10).
 (b) Em junho de 2021 foi realizada a quitação do contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora. O contrato de mútuo esteve ativo até o mês de junho de 2021 com atualização pelo CDI a um juros de 3% ao ano, gerando uma receita financeira de R\$ 792 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

15 Imposto de renda e Contribuição social

a. Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2.022	2.021
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	66.535	46.124
Alíquota nominal	34%	34%
 Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	 (22.622)	 (15.682)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	11.175	6.356
 Incentivos fiscais	 10.600	 5.441
Outros	575	915
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(11.447)</u>	<u>(9.326)</u>
Alíquota efetiva	17%	20%
 Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes de operações continuadas	(4.723)	(1.978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos de operações continuadas	<u>(6.724)</u>	<u>(7.348)</u>
 Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(11.447)</u>	<u>(9.326)</u>

b. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Composição no balanço patrimonial (não circulante)		
Ativo fiscal diferido	32.617	39.021
Passivo fiscal diferido	<u>(2.262)</u>	<u>(1.942)</u>
	<u>30.355</u>	<u>37.079</u>

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido existente, conforme estimativa a seguir:

c. Expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	6.770
Ativo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	<u>25.847</u>
	<u><u>32.617</u></u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2023	6.770
2024	7.009
2025	7.964
2026	8.017
Demais anos	<u>2.857</u>
	<u><u>32.617</u></u>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição, limitado a 30% do lucro tributável, conforme legislação fiscal vigente.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

d. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	Reconhecido na demonstração do resultado	2022
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	37.490	(6.577)	30.913
Provisões	<u>1.531</u>	<u>173</u>	<u>1.704</u>
	39.021	(6.404)	<u>32.617</u>
Passivo fiscal diferido			
Depreciação ⁽ⁱ⁾	(1.942)	(320)	(2.262)
	<u>37.079</u>	<u>(6.724)</u>	<u>30.355</u>

(i) Diferença de taxa de depreciação adotada pela Companhia com relação a taxa fiscal definida em normas vigentes.

16 Provisões

a. Passivo ambiental

	<u>Passivo circulante</u>
	Ambiental
Saldo em 31 de dezembro de 2021	296
(+) Adição da provisão	-
(-) Utilização da provisão	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	235

A Companhia provisionou R\$ 296 de contingências ambiental no exercício de 2021, foi utilizado o valor de R\$ 61 decorrente da realização dos seus gastos relativos e remediações ambientas. Essa provisão se dá em decorrência de gastos considerados pela equipe de Diagnóstico e Remediação da Companhia para Gerenciamento Ambiental da DAC. Tais gastos operacionais estão vinculados aos cumprimentos das recomendações da Resolução CONAMA 420.

b. Contingências - Causas possíveis

A Companhia possui outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2022, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 151.774 (2021 – R\$ 138.225), conforme composição e estimativa a seguir:

	2022	2021
Natureza		
Ambiental	143	125
Tributário (i) (ii)	151.774	138.225
	151.917	138.350

(i) IR e CSL – Encargos de amortização de ágio

A companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em junho de 2021, pela dedução de encargos de amortização fiscal de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2012. A Administração, baseada em sua avaliação e dos assessores jurídicos externos da Companhia, estima que são possíveis as chances de perda desses processos, visto que as participações societárias foram adquiridas (i) por valor determinado em condições de livre mercado, (ii) com efetivo pagamento e (iii) propósito negocial decorrente da alocação de ativos de tratamentos de efluentes e resíduos em segmento ambiental. Os processos estão pendentes de julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2022, os valores atualizados dessas demandas somam R\$ 147.310.

(ii) Outros: CSLL – Extinção de Crédito Tributário de CSLL R\$ 863; IOF - Incidência de Crédito tributário IOF sobre mútuo entre parte relacionada de R\$3.577. Em 31 de dezembro de 2022, os valores atualizados dessas demandas somam R\$ 4.440.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 42.630, representado por 20.396.249 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Cetrel	100,00	100,00	42.630	42.630	20.396.249	20.396.249
			42.630	42.630	20.396.249	20.396.249

b. Reserva de incentivo fiscal

No final do exercício de 2018, a Conselho Deliberativo do Desenvolve, concedeu os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve, durante 12 (doze) anos, a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Resolução 169/2018.

Este benefício resultou na constituição de Receita de Subvenção Desenvolve (reinvestimento) no montante de R\$ 1.606 (2021 - R\$ 2.622).

Adicionalmente, pautado no Benefício de Redução de Imposto de Renda e adicional oportunizado pela SUDENE, tratado na nota “2.12”, resultou na constituição de Receita de Subvenção no montante de R\$ 10.620 (2021 - R\$ 5.310).

c. Reserva legal

Em 2021 a Companhia constitui a reserva legal o valor de R\$ 483 atingindo seu limite de 20% do capital social.

d. Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reserva, devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

e. Distribuição de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no que tange ao disposto no artigo nº 202, é assim demonstrada:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	55.088	36.798
Realização (constituição) de reservas:		
Reserva Legal (Nota 17 (c))	-	(483)
Incentivos fiscais (Nota 17 (b))	<u>(12.226)</u>	<u>(7.932)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>42.862</u>	<u>28.383</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>10.716</u>	<u>7.096</u>

No decorrer de 2022, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no valor de R\$ 50.353, sendo R\$ 21.288 com base no balanço de 31 de dezembro de 2021 e R\$ 29.065 com base no balanço de 30 de novembro de 2022. O saldo distribuído é superior ao mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.

18 Resultado do exercício

a. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas auferidas é como segue:

	2022	2021
Operações		
Receita de vendas	227.416	208.673
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(35.710)	(32.909)
Receita de Subvenção - Desenvolve	1.606	2.622
Abatimentos e cancelamentos	<u>(19.418)</u>	<u>(14.660)</u>
	<u>173.894</u>	<u>163.726</u>

b. Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Classificadas por natureza:		
Pessoal		
Remunerações	(9.167)	(8.554)
Encargos sociais e trabalhistas	(6.225)	(5.812)
Outros benefícios	(5.567)	(4.350)
	<u>(20.959)</u>	<u>(18.716)</u>
Materiais	(250)	(719)
Serviços	(4.898)	(5.352)
Manutenções	(12.101)	(12.154)
Insumos		
Água Bruta	(15.611)	(12.409)
Energia Elétrica	(13.706)	(14.149)
Soda Caustica	(6.367)	(4.928)
Outros insumos e utilidades	(13.305)	(10.631)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(172)	72
Outros Gastos	(1.413)	(1.187)
	<u>(67.823)</u>	<u>(61.457)</u>
Tributos, taxas e contribuições	(1.709)	(1.620)
Seguros	(328)	(1.427)
Depreciação e amortização	(11.383)	(12.882)
Provisão Ambiental	-	(296)
Outras receitas	140	1.944
Outras	113	(209)
	<u>(13.167)</u>	<u>(14.490)</u>
Total	<u>(101.949)</u>	<u>(94.663)</u>
Classificadas por função:		
Custo das mercadorias vendidas	(94.116)	(88.913)
Gerais e administrativas	(7.914)	(7.261)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(172)	72
Outras receitas (despesas), líquidas (a)	253	1.439
	<u>(101.949)</u>	<u>(94.663)</u>

c. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	9.775	3.469
Partes relacionadas (i) (nota 14)	-	792
Variações monetárias (Notas 7(i))	1.386	25
Multas por atraso de recebimento	-	1.194
Outras	75	3
(-) Pis e Cofins sobre receitas financeiras	<u>(458)</u>	<u>(253)</u>
	10.778	5.230
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(332)	(350)
Tarifas bancárias	(21)	(15)
Despesas com juros	(15.696)	(27.710)
Outras	<u>(139)</u>	<u>(94)</u>
	(16.188)	(28.169)
Resultado financeiro, líquido	<u>(5.410)</u>	<u>(22.939)</u>

(i) Partes Relacionadas refere-se a receita financeira sobre o contrato de mútuo que temos com a Controladora Cetrel S.A.

Administração da Companhia

João Bispo Lins Neto
 João Bispo Lins Neto
 Diretor Presidente

Márcio Aguiar
 Márcio Mendonça Aguiar
 Diretor

Andréa Cunha Santana
 Andréa Cunha Santana
 Contadora
 CRC BA 038547/O